



FICHA TÉCNICA

Título

Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática

ISSN

1647-6344

Editor

Centro de Estudos Históricos

Director

João José Alves Dias

Conselho Editorial

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutor em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João Costa (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

Design Gráfico

Ana Paula Silva

Índices

João Costa e Pedro Pinto

Imagem de capa

Arquivo Municipal de Loulé, PT-AMLLE-CMLLE-B-A-1-14_{3v}



SUMÁRIO

Imagem da capa: Peças de um puzzle: as surpresas que ainda podem aparecer sobre os livros das ordenações, p. 9
João Alves Dias

ESTUDOS

Coroa, Igreja e superstição em Montemor-o-Novo (1512-1513), p. 17
Jorge Fonseca

A construção do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra ao tempo do diretor António José das Neves e Melo (1814), p. 27
Guilhermina Mota

MONUMENTA HISTORICA

Sílvio de Almeida Toledo Neto, Saul António Gomes, Diana Martins, Margarida Contreiras, Catarina Rosa, Pedro Alexandre Gonçalves, Inês Olaia, Pedro Pinto, Carlos da Silva Moura, Filipe Alves Moreira, Miguel Aguiar, Maria Teresa Oliveira, Andreia Fontenete Louro, Miguel Portela, Rui Mendes, Ana Isabel Lopes

Carta de venda feita por Isaac Galego, filho de Bento Cid, a Gil Reinel, Miguel Reinel e Benta Reinel, de casas na judiaria de Lisboa (1308), p. 47

Sentença do Bispo de Coimbra na causa entre a Colegiada de São Bartolomeu e o Convento de Lorvão sobre a penhora de um saltério (1350), p. 49

Testamento de Maria do Porto, presa na cadeia do Rei (1366), p. 53

Carta de quitação dada pelos moradores da vila da Feira a João Rodrigues de Sá, camareiro-mor (1389), p. 55

Quitação da colheita de Manteigas (1398), p. 57

D. João I solicita ao Rei de Aragão a restituição da barca de Vasco Vicente [1405], p. 59

Carta de escambo do Rei D. João I com Gonçalo Vasques Coutinho, Marechal do Reino (1411), p. 61

Quitação da colheita de Manteigas (1417), p. 67

Quitação da colheita de Manteigas (1421), p. 69

Carta de D. João I contendo traslado feito por Fernão Lopes de inquirição de D. Dinis acerca do julgado de Resende (1424), p. 71

Quitação da colheita de Manteigas (1433), p. 75

Carta do Rei D. Duarte à cidade de Barcelona, p. 77

Carta de pagamento do Rei D. Duarte a D. Aldonça de Meneses (1437), p. 79

Quitação da colheita de Manteigas (1446), p. 83

Quitação dada pelo Corregedor Afonso Gil das contas do procurador da Câmara do Porto João Eanes relativas ao ano de 1443-1444 (1447), p. 85

Quitação da colheita de Manteigas (1448), p. 89

Quitação da colheita de Manteigas (1453), p. 91

Carta de crença de Diogo Dias (1458), p. 93

Quitação da colheita de Manteigas (1465), p. 95

Quitação da colheita de Manteigas (1471), p. 97

Quitação do jantar de Manteigas (1481), p. 99

Auto da execução em efígie do Marquês de Montemor-o-Novo (1483), p. 101

Carta de venda de oito alqueires de pão que faz Álvaro Gomes, estante na Ilha da Madeira, a Rui Mendes de Vasconcelos como administrador do Hospital de Figueiró dos Vinhos (1492), p. 103

Carta de partilhas dos bens de Gonçalo Vaz de Castelo Branco (1493), p. 107

Carta de armas concedida por Maximiliano I a Lopo de Calvos (1497), p. 117

Carta de D. Manuel I a Miguel Pérez de Almazán, secretário do Rei de Castela e Aragão, sobre a saúde de seu filho D. Miguel (1499), p. 121

Precedências do “Conde de Faro” sobre o Conde de Alcoutim [c. 1501-1510], p. 123

Carta de D. Manuel I sobre a transladação do túmulo do Conde D. Henrique (1509), p. 133

Carta do Mestre de Santiago a Afonso Homem sobre a honra de Ovelha (1512), p. 135

Mercê a Afonso Homem dos rendimentos do selo da chancelaria da comarca de Trás-os-Montes (1515), p. 137

Ordem de construção de um hospital na vila de Mirandela (1515), p. 139

Confirmação da mercê a Afonso Homem dos rendimentos do selo da chancelaria da comarca de Trás-os-Montes (1522), p. 141

Carta do Padre Álvaro Rodrigues para D. João III sobre a doença da Imperatriz D. Isabel (1528), p. 143

Carta do Bacharel João Fernandes para D. João III sobre a doença da Imperatriz D. Isabel (1528), p. 145

Carta do Padre Álvaro Rodrigues para D. João III sobre a doença da Imperatriz D. Isabel (1528), p. 147

Nomeação de Pedro Martins como empreiteiro na obra do muro do castelo de Torre de Moncorvo (1536), p. 149

Carta de armas concedida por D. João III a João Pinto (1538), p. 151

Diligências para descargo da alma de D. Jorge de Melo, Bispo da Guarda (1549), p. 155

Auto de posse dos bens dos préstimos de Lamego (1552), p. 159

Carta de D. Catarina de Áustria a Diogo de Miranda sobre a saúde do Cardeal-Infante D. Henrique (1555), p. 163

Carta de Afonso Pestana, estante na Índia, a Francisco Fernandes, capelão do Conde de Tentúgal, narrando eventos na Índia relativos à expedição a Jafanapatão, entre outros [1562], p. 165

Carta de Afonso Pestana, estante na Índia, a Francisco Fernandes, capelão do Conde de Tentúgal, narrando eventos na Índia relativos à Inquisição, entre outros (1562), p. 169

Carta de D. Margarida de Sousa para a Rainha D. Catarina de Áustria (1563), p. 173

Relação do casamento do Duque de Bragança, D. João II, com D. Luísa Francisca de Gusmão (1633), p. 175

Escritura de fiança da renda do sal da vila de Avis (1682), p. 181

A obra dos pilares do dormitório do Colégio da Graça de Coimbra (1702), p. 185

Contrato do douramento do retábulo da capela-mor do Convento de Santa Ana em Coimbra (1711), p. 189

Contrato do douramento do retábulo do Nascimento da Igreja do Colégio de São Jerónimo de Coimbra (1713), p. 193

Escritura de compra e venda de um lagar de fazer vinho e adega na aldeia dos Francos de Santo António (1720), p. 197

Contrato de uma festa anual no Convento de S. Francisco de Coimbra (1745), p. 203

Estabelecimento da Irmandade de S. José na Igreja da Colegiada de Santa Justa em Coimbra (1752), p. 207

Contrato do negócio do descobrimento de minas no Reino de Portugal e dos Algarves (1758), p. 213

As rendas pertencentes à Mitra da cidade de Évora das vilas de Fronteira, Cabeço de Vide, Seda e Alter do Chão (1774), p. 217

Contrato para conclusão das obras na Igreja de Vale de Prazeres (1800), p. 219

Contrato da obra do cemitério da vila do Alcaide (1815), p. 223

Baixos-relevos maçónicos do artista Domingos António de Sequeira (1823), p. 227

Modelos do monumento do Rossio pelo artista Domingos António de Sequeira (1823), p. 229

Requerimento e deferimento para compra de penisco para arborização das dunas entre os rios Minho e Cávado (1888), p. 231

ÍNDICE

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 237

LISBOA
2020

EDITORIAL

A História já foi vivida e foi esquecida.

Fragmenta Histórica caminha.

Caminha mais lenta, talvez, do que o inicialmente desejado, mas caminha.

E o caminho só se faz caminhando; como escreveu o poeta:

«Caminhante, não há caminho,
faz-se o caminho ao andar»...¹

Como em tudo na vida, o caminhar também não é igualmente feito pelo mesmo compasso e ritmo, por todos. Por vezes, muitas vezes mesmo, mais do que as que desejaríamos, temos consciência de que involuntariamente atrasamos esse caminhar, ritmado, dos mais dedicados.

Sabe-se, hoje, que o caminhar melhora o desempenho cognitivo e estimula a criatividade. Todos os que ajudam a construir esta revista acreditam que, número após número, são muitos os estímulos produzidos e muitas as pistas lançadas nas buscas do passado.

Lembre-se que tudo a que chamamos de História já foi vivido mas, como não foi escrito, esqueceu-se.

Cada documento que se tira do esquecimento é uma achega para o reviver.

Cada frase, recordada, abre uma pista para a construção de uma nova memória.

O valor do documento só depende da importância que cada um lhe der. A sorte de cada documento é o cruzar-se com quem lhe der o valor, que ele tem. Tudo, sem exceção, pode ter valor para um e ser insignificante para outro.

Nunca se sabe que interrogação se deseja fazer amanhã porque não se conhece o futuro e o presente ainda não tem história. O presente é, historicamente, apenas, o que se supõe ser; ao lado daquilo que se sabe, existe aquilo que se ignora.

Obrigado a todos os que nos ajudam a caminhar

Campo de Santa Clara, 30 de abril de 2021.

¹ Manuel Machado, *Cantares*.

IMAGEM DA CAPA

Peças de um puzzle: as surpresas que ainda podem aparecer sobre os livros das ordenações

João José Alves Dias
CEH; CHAM & D.H. - FCSH (NOVA) UNL

A História é um grande puzzle que nem sempre se consegue completar na sua totalidade. Temos alguns documentos (e os documentos são as peças desse puzzle), aqui e acolá, que, aparentemente, aparentam não encaixar, uns nos outros, com o rigor e com precisão que se deseja num trabalho. São, porém, peças importantes que nos podem indiciar pistas para a construção do conjunto (o jogo) mesmo que olhadas isoladamente.

1.ª peça

No que diz respeito às chamadas *Ordenações* do reino o primeiro momento destruidor da documentação foi produzido a 15 de março de 1521, ocorrendo quinhentos anos, quando escrevemos estas linhas. É já conhecido o documento produzido, na chancelaria da casa do rei, do qual recordamos apenas o parágrafo que nos interessa:

*E assim que, dentro de três meses, qualquer pessoa que tiver as Ordenações da impressão velha a rompa e desfaça de maneira que não se possa ler, sob pena de pagar qualquer pessoa a quem forem achadas, passado o dito tempo e as tiver, 100 cruzados, [...] e mais ser degradado por dois anos para além.*¹

Foram assim destruídos os conjuntos dos diferentes sistemas (porque continham conteúdos com legislação e arrumações distintas entre si) impressos antes de 1521. São já conhecidos, com a denominação comum de *Ordenações Manuelinas*, três sistemas de preceitos jurídicos vigentes, em Portugal, entre 1513 e 1603: o sistema impresso em 1512-1513, corrigido em 1514 (com, pelo menos, mais uma edição, em

¹ João José Alves Dias, *Ordenações Manuelinas: 500 anos depois. Os dois primeiros sistemas (1512-1519)*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Históricos, 2012, p. 177.

torno de 1516, que lhe introduziu um prólogo); e o sistema impresso *circa* 1518-1519, que ainda não se conhece na sua totalidade²; qualquer destes sistemas é distinto do que teve impressão em 1521³. Com essa destruição foram-no, também, muito outros instrumentos jurídicos quer impressos, quer manuscritos. Dos impressos referenciados faltam-nos: «os livros dos Regimentos dos juizes e oficiais», saídos do prelo de Valentim Fernandes, a 22 de fevereiro de 1503; o «Regimento dos ofiçiaes das çidades villas e lugares destes Regnos» na sua primeira versão de 29 de março de 1504 (dado só se conhecerem exemplares da versão que saiu do prelo entre 1506 e 1511)⁴; assim como de toda a legislação extravagante⁵.

2.ª peça

A Chancelaria Régia de D. Manuel I regista⁶ uma carta régia que tem sido relacionada com o objetivo “de promover e aumentar a arte tipográfica”⁷ em Portugal. A carta de 20 de fevereiro de 1508, embora já publicada e conhecida, merece ser aqui recordada na sua íntegra.

Dom Manuell etc⁸ A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que auemdo nos Respeyto ao que em sua peticam diz yacobo cromberger alemam Imprimidor de lyuros e como per noso mamdado Nos veo servir a estes Regnos e quam necessaria he a nobre arte de ympresam nelles pera o bom governo porque com mais facellidade e menos despesa os menistros de yustiça posam vzar de nosas leys e ordenações e os sacerdotes posam administrar os sacramentos da madre samta egreya E querendo lhe fazer graça e merce

Temos por bem que o dito yacobo cromberger e todos os outros emprimidores de liuros que nos djtos nosos Regnos e senhorios atualamemte uzarem a dita Arte d empresam Tenham e ajam aquellas mesmas gracias priuilegios liberdades e homras que ham e deuem aver os caualleiros de nosa casa per nos confirmados posto que nom tenham caualllos < nem armas > segundo ordenanca

E que por taes sejam tidos e avidos em toda parte com tall entendimento que os ditos emprimidores que ora sam e per o tempo forem em estes nosos Regnos e senhorios que do dito priuilegio ouuerem de gozar Tenham de cabedall duas mil dobras d ouro E mais que sejam cristãos velhos sem parte de mouro nem de yudeu nem sospeita de algũa heregia nem tenham emcorrido em ynfamia Nem em crime de leza magestade e doutra maneira nom Porque asy o ej por mais seruico de noso senhor e noso e bem destes nosos Regnos pollo perigo que pode aver de nelles se semearer algũa heregias per meo dos liuros que asy emprimirem

E manda<mos> a todollos oficiaes e pesoas dos ditos nosos Regnos e senhorios a que esta nosa⁸ carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que aos ditos ymprimidores que o djto cabedall e as mais cousas teuerem e dellas vzarem em proll destes nosos Regnos e senhorios guardem o dito priuilegio

² Faltam encontrar (em março de 2021), aproximadamente 14 folhas dessa edição para a conhecermos na sua totalidade. Idem, *ibidem*, p. 126. A edição deste sistema foi impressa em Sevilha, por Jacob Cromberger. As folhas sem alterações foram aproveitadas para a versão com cólofon final de 1521. A impressão foi pedida ao impressor sevilhano porque Portugal encontrava-se em um período de vazio de oficinas tipográficas: Valentim Fernandes não deixou notícias depois do ano de 1516; Cremona deixou de trabalhar em 1517; Nicolau Gazini de Pedemontio imprimiu, em Lisboa, em maio de 1518, com material da oficina de Valentim Fernandes, mas desapareceu de imediato; Germain Gaillard, tipografo francês, ainda não tinha chegado a Lisboa (João José Alves Dias, *No quinto centenário da Vita Christi: os primeiros impressores alemães em Portugal*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995, p. 27). A impressão de 1521 foi completada na mesma oficina.

³ João José Alves Dias, *Um olhar sobre as Ordenações*, Lisboa, Assembleia da República, 2017, p. 12-34.

⁴ João José Alves Dias, *No quinto centenário da Vita Christi*, p. 34, 36, 75, 77, 83, 85.

⁵ Chegou aos nossos dias uma versão impressa de um documento com data de 1501; porém, pela tipografia, só o foi depois de 1534. Lisboa, Banco de Portugal, FF. 1, Cat. n.º 31.

⁶ Lisboa, ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, livro 5, f. 6v.º; publicada por José Anastácio de Figueiredo, *Synopsis chronologica de subsidios ainda os mais raros para a historia e estudo critico da legislação portugueza*, tomo I, desde 1143 até 1549, Lisboa, Academia das Ciências, 1790, p. 165; e por Venâncio Deslandes, *Documentos para a Historia da Typografia Portuguesa nos seculos xvi e xvii*. Lisboa, 1881, p. 5-6 (2.ª ed. Lisboa, 1888, p. 12-13).

⁷ José Anastácio de Figueiredo, *Synopsis Chronologica* [...] vol. 1, p. 165; Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, *História do Direito Português*, 6.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2016, p. 333.

⁸ Palavra emendada, primeiro escreveu «minha».

homras e liberdades asy e tam compridamente como em esta nosa carta he conteudo sem duuida nem embargo allgum *que* a ello lhe seya posto, Porque asy he nosa⁷ merce

Dada em a nosa villa de Samtarem a xx dias de feuereiro alluaro da maya a fez ayno de noso senhor **lesuu christo** de mill e b^{ta} biij annos.

O facto da carta de privilégio, em que o monarca «nobilitava» os tipógrafos, ter sido registada na Chancelaria do Reino – e recorde-se que a Chancelaria régia só inscreve os documentos desde que a pessoa a quem é feita a outorga proceda ao seu registo, dependendo a sua validade dessa formalização – autoriza o pensamento de que existiu um trabalho efetivamente encomendado a uma oficina dependente de Jacob Cromberger (em pessoa ou mediante um seu representante oficial). Recorde-se que a carta diz expressamente: «*como por nosso mandado nos veio servir a estes reinos*»... Infelizmente, tudo o que este impressor produziu nestes primeiros tempos foi também perdido na voragem do tempo e na renovação legislativa.⁹

3.ª peça

Pedro Pinto, um investigador incansável e amigo, desde 1993 (com mais de 25 anos de colaboração dedicada no CEH), a quem o País muito deve na inventariação de nova documentação, referenciou um documento incluído em um livro de vereações da Câmara de Loulé, dos começos do século XVI (que ainda não foi publicado), documento esse que constitui a peça fundamental neste puzzle:

Corregedor nos el Rey vos emuiamos muyto saudar

porquanto os liuros das nosas hordenacoes que mandamos abribiar e dellas em alguñas cousas limytar como nos pareço que sse deuja fazer por nosso serujco e bem de lustiça nom Saam alnda de todo acabados *pera* sse averem d empremir em lletra de forma como temos ordenado *que* se faca *pera* se poderem majs levemente aver pellos letrados como *per* quãesquer outras pessoas que as quiserem ter e nos temos la visto e pasado e eiximjnado o *titullo* de como os tabaliaes ham de serujr e vsar de sseus officios

ouueemos por bem que aquelles *capitullos* que mais *primçipallmente* sseruem a como elles sam obrigados a tirar as cartas de seus officios da nosa cancellaria e della llevar seus rregimentos e a pena *que* averão sse o asy nom fezerem e sse nom derrem as partes os estromentos de sseus officios quando pedidos lhe fforrem os mandamos notificar pello rregno *pera* lhes sser notorio o *que* acerca desto temos detrimjnado e nom poderem allegar Inorancia

e os *Capitullos* sam os sigintes

Oordenamos e mamdamos *que* *tabalia* allguũ asy das notas como do ludiçiall nom sserua sseu ofiço *nem* tome a posse delle ssem *primeiramente* tirar ssua carta asinada // [f. 4] pello nosso cancelelle [*sic*] moor e pasada pella nosa chanceellar[ia] Salluo aquelles que os ouuerem d allgũas pessoas *que* teuerem espresso *preujllegiio* *pera* sem embargo da ordenacam as poderem *per* Suas cartas ssem outra nosa *confirmacam* nas ssuas terras dar *porque* emtam as averam daquellas *que* o tall *perujllegio* teuerem

pero asy estes como todos os outros tirraram Seus rregimentos da nosa chamcellaria os *quaaes* serem asinados pello nosso chancellor moor *pera* *per* elles saberem como ham de serujr seus officios *porque* posto *que* as cartas alaam d aver daquelles *que* *per* *perujllegios* *que* *pera* Isso tenham as posam dar ssempre os rregimentos aam [*sic*] de tirar¹⁰ de nossa cancellaria *porque* tall foy ssempre a ordenacam de nossos rregnos

e quallquer *que* o contrairo fezer e vsar de ofiço de taballiaam antes de tirar carta delle *perca* o dicto ofiço e nuunca o majs alaam *nem* outro allguum oficio de lustica e page vjnte cruzados da cadea a metade *pera* os catiuos e ao [*sic*] outra *pera* quem os acusar E mais ssela degradado dez annos *pera* Ilha de sam tome

⁹ João José Alves Dias, *Um olhar sobre as Ordenações*, p. 10; *Ordenações Manuelinas: 500 anos depois*, p. 29.

¹⁰ À margem: “*que se partirem os Regimentos da cancellaria d el Rey*”.

e o que vsar de quallquer ofiço de taballiam ssem lleuar o rregimento de nossa cancellaria como dicto he posto *que dello tenha carta queremos que perca o tall ofiço e nuunca o majs alaam nem outro allguuũ de lustedica e ssela presso e da cadea page vinte cruzados a metade pera quem o acusar e a outra metade pera os catiuos* · / [f. 4v]

E semdo casso que allguem encorra nas penas ssobredictas por nom comprir o contheudo em o dicto capitollo e por quallquer casso que ssela tornar aver o tall ofiço asy por nova proujsaam que lhe delle sela ffecta como *per quallquer outro modo em que o serua avemos por bem que ala aquella pena que deue aver o taballiam que faz escpitura ou autos fallssos*

E porquanto allguus taballiaees e escpriuas denegam aas vezes as partes os estromentos de seus ofiços com allgũas rrazões e achaques com que sse defendem no que ssomos muyto desserujdo e perece a lustedica mandamos que has penas que pello capitollo atras sam postas aos taballiaees que nom turrarem os rregimentos de sseus oficios de nosa cancellaria como no dicto capitollo he contheudo alaam os taballiaes e escpriuas asy da lustedica como das cousas da nosa fazenda de quallquer callidade que sselaam a que os dictos estromentos forem rrequeridos e os ouuerem de dar sse os nom derem as partes que lhos rrequerem no tempo limjtado ora sela com Resposta das partes a que tocar ora sem ella sse lha dar nom qujserem e isto ssem embargo que pellos dessembargadores que allguas partes mandamos com ha allcada ou pellos Corregedores ouuujdores [sic] luizes de forra contadores e todos outros ofiças de lustedica e fazenda / [f. 5] a que tocar ou pellas pessoas que lurdicam teuerem nos llugares omde sse taes estromentos rrequerem lhos ssela defesso que os nom dem

e posto que os taes oficiaes da lustedica e fazenda tenham nosa allcada no tall casso porque todavia os darram ssob as dictas penas e o ofiçall da lustedica que defemder que o tall ou taes estromentos sse nom dem encorreraa em pena de vinte cruzados a metade pera quem o acusar e a outra pera os catiuos e majs ssela ssospensso do sseu ofiço ataa nosa merçee

e sse aquelle que teuer a lurdicam o defemder sseja suspensso della emquanto o ouuermos por bem,.

Outrosy porque fomos certificado que allguus nossos dessembargadores asy da casa do ciuell como outros e os Corregedores e Ouujdores e outros ofiças da lustedica dam e pasam cartas de mancipações e de lmjzade e teotiuas [sic] e rrestetuotorias o que nom podem fazer salluo os nossos dessembargadores do paço em nosa corte que amdam comnosco defemdemos e mandamos que as dictas cartas nom passem nem as dem outros dessembargadores nem Corregedores nem ouuujdores nem outras lustedicas salluo os dictos nossos dessembargadores do paço e pasamdo as taes cartas outra allgũa lustedica salluo os ssobredictos mandamos que lhas nom guardem nem facam per ellas obra allgũa e quallquer ofiçall da lustedica que has guardar encorra em pena de vinte cruzados a metade pera quem o acusar e a outra metade pera os catjuos / [f. 5v]

E o dessembargador ou ofiçall que as tãees cartas pasar ssela ssospensso do sseu ofiço emquanto nosa meerçee ffor e mais page outros vinte cruzados a metade pera quem o acusar e a ouotra pera os catiuos

porem vos mandamos que tanto que vos esta foor dada mandes per todos os llugares de vosa comarqua notyficar e pobricar estes capitollos aallem de lerallmente sse fazer delles a notificacam e sse apregoarem e poerem nas praças e llugares acostumbrados ssouo vosso sinall porque hũa cousa e outra queremos que sse faca por que sseja a todos majs notorio e sse nom posa allegaar Inorancia

e da ppobricacam que delles se fez em cada llugar sse ffora auto ppubrico os quaes vos sseram trazidos e os terres em boã guarda

e mandamos vos que llogo com dillegencia o facães e como ffor ffecto no llo fazee saber per vosa carta e pera o asy faazerdes vos mandamos majs tempo , que aquelle que ffor mester pera sse correr vosa comarqua e portanto tomay disso grande cuydado pera lloguo o conprirdes

escpita d evora a xbj dias de feureiro antonjo gomez a fez de mjll e quinhentos [sic] e noue annos.¹¹

A Corte trabalhava, efetivamente, pelo menos desde 1505 «em reformar as leis e as ordenações antigas do Reino [...]». Mandou per homens doutos do seu conselho visitar e rever os cinco livros das

¹¹ Loulé, Arquivo Municipal, Liv. 14 de Vereações, f. 3v-5v.

ordenações [...] nas quais mandou diminuir e acrescentar aquilo que pareceu necessário pera bom regimento do reino, e ordem da Justiça».¹²

4.ª peça

Realizar justiça era uma das obrigações, se não a principal, de um rei do passado.¹³ Mas não bastava legislar; era necessário que a legislação fosse conhecida de todos e por todos usada corretamente. Raramente se legislava prevendo a rápida caducidade de uma lei. Antevia-se antes a sua permanência ao longo dos tempos. Por isso, as ordenações de um monarca eram, com toda a legitimidade, as dos monarcas seguintes. E, desde cedo, terá existido um *corpus* que não só compilasse todas as leis do passado como ainda mantivesse a sua atualidade e, portanto, se atualizasse constantemente. Depois, tornava-se necessário publicá-lo e assegurar que era cumprido por todos os súbditos.

A história dos primórdios da vigência das *Ordenações* – quer manuscritas quer impressas – ainda se encontra muito *nublosa*.¹⁴ Quando entrava em vigor uma nova reformulação, o monarca mandava corrigir e destruir a anterior para evitar confusões acerca da legitimidade da lei que deveria ser aplicada.¹⁵ Existiram, assim diferentes, versões das *Ordenações*, até ao fim do reinado de D. Manuel.

Na corte, no século XV, havia pelo menos um jurista responsável por ter esse *corpus* atualizado. Foi essa a função quer do corregedor da Corte João Mendes, no reinado de D. João I; quer do Doutor Rui Fernandes, no reinado de D. Duarte e na regência de D. Afonso V. Este último – assinou um *corpus*, a 28 de julho de 1446 – aparenta ser o responsável primeiro pela arrumação e distribuição das leis por cinco livros temáticos¹⁶, ao dizer: se a «obra não parecer assim bem e estudiosamente pensada e composta, como a tão alto feito e de tão grande substancia requeria» que o culpem porque ele foi o seu «compilador e principal obrador».¹⁷

Mas as *Ordenações* continuaram a ser tanto alteradas, como derogadas, como de novo elaboradas. E essas novidades eram de imediato inscritas no *corpus* que assim estava constantemente a ser alterado¹⁸. Só a título de exemplo, entre muitas outros que se poderiam aduzir, aceite-se a carta dada ao príncipe D. João, a 22 de março de 1480, passada por autoridade régia, pelo doutor João Teixeira, vice-chanceler, com a cópia de um alvará, que embora assinado a 19 e publicado a 20 desse mesmo mês de março, fora de imediato inscrito, e «posto por lei», «em um livro das ordenações que anda em a nossa Chancelaria» de onde foi transcrito dois dias depois.¹⁹

¹² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, 1949, parte I, cap. 49, p. 227.

¹³ Marcello Caetano: *Lições de História do Direito Português*, Coimbra, 1967, p. 74; *História do Direito Português (séculos XII-XVII)*, 4.ª ed. Lisboa, 2000, p. 206.

¹⁴ João José Alves Dias, *Um olhar sobre as Ordenações*, p. 7. Veja-se também José Domingues, *Códices Medievais de “Ius Proprium” em Portugal*, Lisboa, Universidade Luslada Editora, 2018, obra em que autor reafirma, corrige e acrescenta estudos anteriores, em especial os estudos das p. 45 a 149.

¹⁵ É uma invenção do século XVIII a designação de Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas (João José Alves Dias, *Ordenações Manuelinas: 500 anos depois*, p. 16).

¹⁶ Data inscrita em um dos livros que sobreviveu às sucessivas destruições. Esse cólofon segue-se ao título 119 do «Livro quinto»; contudo o título 118, que o antecede, segue a redação formulada em 4 de fevereiro de 1448 (*Ordenações do senhor Rey D. Affonso V*, Livro V, Coimbra, Universidade, 1792, p.404 e 394)

¹⁷ *Ordenações do senhor Rey D. Affonso V*, Livro V, p. 405.

¹⁸ A própria edição inscreve, depois desse «cólofon» mais dois títulos, os 120 e 121 datados de 1449 e 1454, respetivamente. Conhecem-se alguns nomes que, ainda no reinado de Afonso V, continuaram o trabalho de ter o *corpus* atualizado: o Doutor Lopo Vasques, Corregedor da Cidade; e Luís Martins e Fernão Rodrigues, Desembargadores (*Ordenações do senhor Rey D. Affonso V*, Livro 1, proêmio, p. 3).

¹⁹ Lisboa, Torre do Tombo, Leis e Ordenações, Leis, mc. 1, n.º 185. Publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*. vol. 2, Lisboa, CEHU, 1962, entrada 1821, p. 655 a 657 e em *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1993, doc. 114, p. 251-252. Tb. José Domingues, *Códices Medievais de “Ius Proprium” em Portugal*, p. 119, 357 e 358.

E neste espírito que surge a carta régia de 1506, em que se manda que os três juristas que então estavam responsáveis pela manutenção das ordenações atualizadas (intendência das ordenações) integrassem, nas mesmas, as novas disposições contidas nos forais que então se reformavam, para não haver contradição entre ambos:

Chanceler mor e licenciado Rui da gram amigos e Bacharel Ião cotrim *corregedor* dos feitos çiuís em nossa corte,

hauemos por bem que nas ordenações de nossos Regnos em que ora por nosso mandado entendes, ponhaes nos *titulos e* lugares a jssso conuinientes quaesquer sentenças , acordos ou determinações que tenhamos passadas , ou aprovadas nos feitos dos foraes , assi nas tomadias e seruentias como apousentadorias e outras cousas que antre nossos pouos e os senhorios se trautassem pera nos taes feitos não ser necessario tirar se sentença *nem* outra mais despesa somente Remeteren se as taes cousas aas leis e ordenações geraes de nossos Regnos as quaes desejamos muito vermos acabadas , encomendamos uos muito a conclusão diso.

Scripta em Almeirim, a noue de *feuereiro* Aluaro fernandez a fez de 1506.²⁰

A montagem ou construção do puzzle

Do conjugar de todas as peças é possível concluir:

Que a frase feita e repetida, por muitos, de que quer a vida jurídica quer a vida administrativa, entre 1446/1454 e 1512/1513, esteve subordinada às denominadas «Ordenações Afonsinas» não corresponde efetivamente à verdade. As *Ordenações do Reino* sempre tiveram renovações hodiernas e constantes que as atualizavam, revogando-as ou acrescentando-as.

Que Jacob Cromberger, impressor instalado em Sevilha, desde 1504, esteve diretamente ligado – ou por uma oficina na sua dependência em Portugal, ou por uma oficina a trabalhar em seu nome – à impressão de uma versão das Ordenações, *circa* 1509, que foi destruída em 1521, senão antes.

Que essa versão das *Ordenações do Reino* foi uma versão prática e sintética de toda a legislação que se encontrava nas Ordenações depositadas e atualizadas na Chancelaria, dado que «o *titullo* de como os tabaliaes ham de serujr e vsar de sseus officios», feito, concluído e aprovado para essa impressão (peça três desta construção), não corresponde a nenhum título das versões conhecidas manuscritas ou impressas das *Ordenações*. É antes um apanhado prático de diferentes preceitos distribuídos no *novel Corpus*, especialmente nos títulos 49 (tabela das notas), 50 (tabela do judicial), 32 (corregedores das comarcas) e 26 (ouvidores do crime) do livro primeiro, da versão impressa em 1512 e bastante longe do articulado conhecido e compilado para Afonso V.

A primeira versão impressa, relacionada com Cromberger, seria, acaso, a discutida versão «abreviada»²¹ das Ordenações existente ao tempo do rei D. João II, da responsabilidade do licenciado Lourenço da Fonseca, mas já melhorada e atualizada pelos oficiais de D. Manuel e nela incorporando o *Regimento dos Officiais*²², que vinha sendo impresso, reimpresso e atualizado desde 1503? Parece lícito afirmar que a versão desaparecida, resultou do trabalho de «*abreviar e delas em algumas coisas limitar como nos pareceu que se devia fazer por nosso serviço e bem de Justiça [...] pera se haverem de imprimir em letra de forma como temos ordenado*».

²⁰ Lisboa, Torre do Tombo, Feitos Findos, Casa da Suplicação, liv. 72, f. 48. Publicado, com variantes, por José Anastácio de Figueiredo, *Synopsis Chronologica* [...], vol. 1, p. 161-162.

²¹ António Caetano de Sousa, *Provas da Historia genealogica da casa real portugueza*, Lisboa, 1739, tomo I, livro III, doc. 41, p. 558; Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, “Sobre o abreviamento dos cinco livros das ordenações ao tempo de D. João II”, in *Boletim do Ministério da Justiça*, Lisboa, 1981, N.º 309, p. 5 e seg.; José Domingues, *As Ordenações Afonsinas: Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)*, Sintra, Zéfiro, 2008, p. 190-191; José Domingues, *Códices Medievais de “Ius Proprium” em Portugal*, p. 205 e segs.

²² João José Alves Dias, *No quinto centenário da Vita Christi*, p. 34, 36, 75, 77, 83, 85.

À luz da apresentada «3.ª peça» deste puzzle, as referências registadas nas vereações da cidade do Porto, quer na realizada a 7 de julho de 1509 – com a leitura, a todos, pelo corregedor, do «*Regimento del Rei*»²³ –, quer na reunião do dia 23 de fevereiro de 1513 – com menção expressa a «*Regimento e Ordenação*» e ao facto de requererem ao escrivão «que lesse ai e notificasse o *Regimento novo* del Rei nosso senhor» o que «foi logo per mim lido e notificado»²⁴ – fazem mais sentido.

²³ Porto, AHM – Livro de Vereações 9, fls. 59-61v, citada e publicada por José Domingues, *Códices Medievais de “Ius Proprium” em Portugal*, p. 413-415.

²⁴ Porto, AHM – Livro de Vereações 8, fls. 61v-62, citada e publicada por José Domingues, *Códices Medievais de “Ius Proprium” em Portugal*, p. 421-422.



CENTRO DE
ESTUDOS
HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA